

O BRASIL VIRA MANCHETE: O PAPEL DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DO BRASIL MODERNO*

Este trabalho procura refletir sobre o papel da imprensa na formação da opinião pública, no Brasil e no Ceará, num momento crucial da modernização burguesa, quando se agudizava a disputa entre a Igreja e outras instituições, em torno da ocupação do lugar de enunciador da Verdade. Na segunda metade do século passado, a estrutura religiosa da organização social está sendo sacudida por toda a onda de valores que cercam a edificação do individualismo humanista, e os jornais se fortalecem, junto com os livros, como agentes da autonomização moral da sociedade e de formação do povo como novo sujeito político.

A cultura política emergente tem como símbolo a noção de liberdade, a qual não se afirmará apenas em relação à Igreja, mas também buscará acertar contas com a monarquia, com a escravidão e com o Romantismo. Os jornais acirrarão os ânimos populares a favor da Abolição e da República.

Esse novo ideário, que confere destaque à Democracia, Igualdade e Soberania Popular, recebe a adesão da opinião pública, que já nasce no Brasil como opinião publicada. O jornal concorre agora, com o púlpito e o

CELESTE CORDEIRO**

RESUMO

Este trabalho procura refletir sobre o papel da imprensa na formação da opinião pública, no Brasil e no Ceará, num momento crucial da modernização burguesa entre nós: a segunda metade do século passado, quando a estrutura religiosa da organização social está sendo sacudida por toda a onda de valores que cercam a edificação do individualismo humanista, e os jornais se fortalecem, junto com os livros, como agentes da autonomização moral da sociedade e de formação do povo como novo sujeito político. Esse novo ideário, que confere destaque à Democracia, Igualdade e Soberania Popular, recebe a adesão da opinião pública, que já nasce no Brasil como opinião publicada. O jornal concorre agora, com o púlpito e o parlamento, para ser o locus de elaboração do discurso competente. O presente artigo tentará argumentar no sentido de que a modernidade, e a entrada do povo na cena política, no Brasil, como em outros países, guardam afinidades profundas com a imprensa.

* O texto que se segue serviu de base para comunicação apresentada no XXI Congresso Latino-americano de Sociologia, ocorrido em S.Paulo, em agosto de 1997.

** Celeste Cordeiro, Doutora em Sociologia, é professora da Universidade Estadual do Ceará e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Associativismo e Políticas Públicas.

parlamento, para ser o *locus* de elaboração do discurso competente. Mas os representantes do conjunto de valores que vai se tornando atrasado frente aos novos padrões também passa a apelar às estratégias de convencimento por meio da imprensa. Mesmo a criticando como “invenção de Satanás”, como o faz o tradicionalista cearense Silva Bezerra, não deixam os reacionários de implementar jornais e escrever artigos para enfrentar seus adversários ideológicos.

Progressistas e reacionários, como veremos, reconhecem o “novo poder”, como é chamado pelo jornal *O Cearense*, em

27 de março de 1885: “o maior poder atual é a opinião pública, que há um século ganha proporções enormes. Hoje, todo homem de estado é forçado a contar com este *novo poder*, autorizado pela multidão, estudado pelos sábios”.

A modernidade e a entrada do povo na cena política guardam afinidades profundas com a imprensa. Silva Bezerra, adversário ferrenho do novo estado de coisas, percebe bem esta sua característica, quando nos diz que “ao Estado pela graça de Deus se opõe o Estado pela graça dos homens – tal é a verda-

deira assinatura, o caráter distintivo do que se chama o Estado moderno (...) [que] tem como aliado a *imprensa cotidiana*, e já domina entre as classes que se instróem com ela" (1864:33).

São então levantadas duas características do "moderno liberalismo", quais sejam: "tudo regulamentar por *leis*" e "falar sem cessar do *povo* e querer fazer tudo em seu nome". Dentro desses objetivos surgem "os soberbos discursos sobre certos direitos particulares, sobre aqueles principalmente que servem a seus desígnios, tais como a liberdade de imprensa e a liberdade de associação" (*idem, ibidem*:59-grifos meus). Segundo nos afirma este autor, ao criticar a licenciosidade da imprensa política, "não há representante da nação que se atreva a soltar da tribuna uma palavra contra tal licença, por uma idolatria estúpida dessa horrível liberdade de imprensa (...), esse culto mais que divino ao ídolo da liberdade de imprensa" (*ibid.*:97-99).

Ainda que numa província distante da Corte, como o Ceará, temos na segunda metade do século passado periódicos representativos das várias correntes de pensamento que pugnavam então: liberais, conservadores, maçons, católicos, republicanos... Funcionavam nessa época, apenas em Fortaleza, 7 tipografias, e circulavam 6 jornais, dos quais quatro diários: dois conservadores – *Pedro II* e *Constituição*, e dois de extração liberal – *Cearense* e *Jornal de Fortaleza*. Havia o semanário *Tribuna Católica*, e o jornal maçônico *Fraternidade*.

Todas as novas idéias iluministas aparecem nas páginas desses periódicos, assim como as propostas políticas afinadas com a liberalização do Estado. Há também um esforço de auto-análise, na tentativa de compreender o papel da imprensa. Visto como meio de vulgarização dos princípios seculares, cientificistas e democráticos, os jornalistas demonstram se compreender como

formadores de consciência política, principalmente no momento em que o sistema eleitoral se flexibiliza e destende. Intelectuais engajados dos dois lados das fronteiras ideológicas não dispensam a trincheira dos jornais, meio de comunicação fundamental que já se tornara hábito do cotidiano urbano.

Em romances escritos à época e que retratam com fidelidade os costumes prevalentes, como por exemplo *A Afilhada*, de Oliveira Paiva, que descreve a Fortaleza dos anos 80, já se nota que a leitura diária dos jornais constitui comportamento habitual entre a classe proprietária e a nascente classe média, formada por funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais, etc.

Já antes, na década de 70 do passado século, temos uma significativa iniciativa de um grupo de jovens intelectuais defensores das bandeiras da Ilustração entre nós. Esses leitores de Darwin, Spencer e Littré, articulistas da folha maçônica, criam uma Academia que estabelece, entre outras metas, o ensino da leitura de jornais ao povo. Além das Conferências livres realizadas na praça principal da cidade, abordando Soberania Popular, Liberdade Religiosa, Instrução Pública e outros temas provocativos, havia ainda a Escola Popular, que funcionava entre seis e meia e dez da noite, dirigida "aos pobres e operários", com aulas de leitura dos jornais da terra, cursos de ensino da Constituição do Império e onde se faziam comentários políticos ao alance do grande público (ver Menezes, 1968:45).

IMPrensa E OPINIÃO PÚBLICA

Pesquisando os jornais cearenses do período, vê-se, já em 1849, na edição de 26 de novembro do jornal liberal *O Cearense*, elogios à imprensa e sua relação com a idéia do século, o livre-arbítrio, para o qual a informa-

ção – como formadora de opinião – é fundamental: “no estado da civilização atual a imprensa é uma necessidade vital para a sociedade, como o pensamento, de que ela é a expressão, é uma condição do indivíduo (...) [e] ninguém pode pôr peias ao pensamento, (...) é loucura tentar obstar sua manifestação”.

Em 1856, ao discorrer sobre o “caminho da civilização e do progresso”, o editorial d’*O Cearense* afirma a supremacia da *opinião* sobre “os feitos dos exércitos”: “é na verdade absurdo que a força seja a medida do dever, e a guerra em épocas de espiritualismo é na verdade um anacronismo”. A palavra proferida pela “primeira potência da Europa” é “o triunfo da opinião sobre a força, a necessidade da paz, e o progresso humanitário pelo desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio. Colocar-nos-emos fora da linha de civilização atual?” (22/01). Como dirá o mesmo jornal mais tarde (1º de outubro), “a ação da imprensa pode ser latente e vagarosa; não é por isso menos real e verdadeira. É a gota d’água que gasta a pedra”.

A ladainha sobre as virtualidades democráticas da imprensa será constante em todo esse longo período do Segundo Reinado. Num salto para 1870, percebemos que os valores que relacionam imprensa e liberdade já impregnam o imaginário coletivo, a ponto de lermos no jornal conservador *Constituição*: “A liberdade não é só o progresso e a moralidade, a paz e a civilização, é sobretudo a iniciativa, o trabalho e a discussão. Instruir e discutir é o que há de mais nobre nas sociedades”, afirma o jornal em 02 de abril, voltando a enfatizar o valor da educação, em 12 de maio, quando justifica: “Nos nossos dias as maiores lutas são as intelectuais, da imprensa e do parlamento; as maiores vitórias são as das idéias, dos talentos contra as mediocridades, da razão sobre a revolução, do estudo sobre a ignorância invejosa ou presumida”.

A *razão* e o enfrentamento *ideológico* são realçados numa realidade que aprende a conviver com a opinião pública e com a opinião publicada. Em 1874, a presença de um jornal maçônico entre nós, desde o ano anterior, acirra os ânimos, e a imprensa se torna veículo das críticas ao tradicionalismo católico. “Vivemos em tempo de análise”, diz o *Fraternidade* em 24 de novembro: “credos religiosos e idéias políticas, para merecerem a adesão dos homens, têm de ser discutidos e sujeitar-se à *crítica severa da razão e do bom senso*. A polêmica tornou-se o princípio dominante deste resto de século”. E o *jornalismo* fez-se a “válvula por onde a humanidade civilizada respira e recebe nova seiva para superar os mil obstáculos que a tradição ainda lhe cria a cada momento” (grifos meus).

A valorização da imprensa anda a par com as homenagens à educação pública e ao livro. São todos considerados agentes do Iluminismo contra o obscurantismo religioso.

O elogio ao *livro* pode ser visto em 1º de maio de 1874 no jornal maçônico *Fraternidade*, que afirma que, se “a escola matou a sacristia, o livro fez calar o púlpito”: “este instrumento da civilização demoliu os claustros; verteu, para percepção do povo, a linguagem cabalística que Roma falava há alguns séculos; e fez tábua rasa de quanto tinha erguido a superstição e o fanatismo”. No dia 5 seguinte, o jornal maçônico continua:

Depois de algum tempo de observação, o clero romano reconheceu que o ensino público, que se organiza nos países sujeitos à sua dominação, rompe um ponto da malha por onde se deve ir toda aquela obra, cuidadosamente tecida durante muitos séculos. O livro é de uma afoiteza admirável; a escola, uma conspiração de portas abertas.

O ainda presente, hoje, desafio da informação político-administrativa ao cidadão,

já aparece. Em 1876 o sistema representativo e a liberdade de informação recebem a admiração do jornal conservador *A Constituição* em 17 de setembro. É saudada a “forma monárquica-constitucional-representativa, sistema misto que compreende as excelências de todos os outros sistemas, tendo afinal por base a soberania nacional (...)”, em vigor no país. Além disso, é salientada a *importância da imprensa num governo livre*, quando o povo pode ser

todos os dias informado de toda casta de exemplo político, (...) do teor das discussões políticas de um senado ou de uma assembleia popular – das disputas sobre o caráter ou sobre a administração dos ministros, das intrigas e das contestações dos partidos (...). Estes tópicos excitam uma universal curiosidade e, habilitando todo mundo a produzir a sua opinião, formam um grande cabedal de conversação pública (...) (grifos meus).

O próprio Silva Bezerra, ideólogo maior do tradicionalismo entre nós e crítico severo da imprensa, não deixa de apontar alguma virtude em sua função informativa: “sem as queixas e denúncias, sem estes clamores da oposição pela imprensa, não pode a Coroa saber qual é a ação da administração (...), aquilatar o procedimento dos partidos, e fazer as mudanças que as circunstâncias aconselharem” (1864:96).

Um exemplo do serviço cívico que a imprensa pode prestar através de denúncias públicas é dado pelo jornal *A Constituição*, de 07 de abril de 1880, quando é descrita a figura do “plantador” numa localidade remota, cercado por seus “domésticos”: “Quando tal plantador é “esclarecido”, “a gente que o serve é feliz”; quando há “abusos da autoridade particular”, a repressão pelo poder público é difícil. “Só a imprensa, cuja liberdade é absoluta no Brasil, vem, a longos intervalos, *assinalar tais abusos à vindita pública*” (grifos meus).

A IMPRENSA E A OPOSIÇÃO

A imprensa será, no Brasil, em períodos de normalidade institucional, um refúgio para a oposição. No Ceará provincial, nos períodos de dominação conservadora, a imprensa liberal se encrespa. Em 1853 a imprensa parece ser a única trincheira, afastados que estão os liberais de todo e qualquer posto de governo:

A imprensa é a única liberdade que hoje nos resta; e como nos governos representativos, quando a eleição tem sucumbido a uma influência corruptora, ou à violência do poder, é ela que se encarrega de divulgar os interesses do país, de apresentar suas queixas, e de reclamar contra as injustiças do poder (O Cearense: 10/05).

No número seguinte desse jornal, novamente é abordada a ‘marcha da política’. São colocados em relevo os três terrenos em que a oposição luta com o governo no sistema representativo, que são a *tribuna*, a *imprensa* e a *urna*.

Qualquer que seja o caráter da oposição, ou seja sistemática, radical e intolerante, ou seja moderada, parcial, ou seja mesmo pessoal, é na tribuna, na imprensa e na urna que ela põe em ação todos os seus meios, desenvolve todos os seus recursos para conseguir o seu fim, a queda do governo. Esta é a marcha ordinária, regular, da política em todos os países que são livremente constituídos, e que se regem pelo sistema representativo. Sirva de exemplo a marcha dos partidos na Inglaterra (23/12).

A esse respeito, Silva Bezerra raciocina que “a oposição, fora da tribuna e por conseguinte da administração, não é um poder político, mas apenas uma força social que se manifesta pela imprensa ...” (1864:96).

IMPrensa E ELEIÇÕES

A expansão do corpo deliberante, com o sacrifício do exclusivismo aristocrático e o estabelecimento de um novo tipo de consenso social, constitui o eixo das propostas políticas modernizantes, em torno do qual cristalizou-se a luta entre antigos e modernos, também no Brasil. É uma consequência do processo de laicização da política, o qual vai implicar no enfrentamento com a Igreja e com toda a cosmovisão tradicionalista e hierárquica. A afirmação do princípio da soberania popular fará da discussão sobre a representação política um campo privilegiado de tomada de posição, e a imprensa cumpre o papel de massificar o debate, dentro – que fique claro – das possibilidades presentes à época em análise. Na década de 70 do século passado, já assistimos Zacarias de Góes citar Stuart Mill para afirmar que a participação política é o problema fundamental da época (ver Carvalho, 1996: 189), ponto também insistentemente lembrado pelo cearense José de Alencar.

No debate sobre soberania e representação, fica implícito todo um leque de questões renovadas. As novas exigências da independência política e do capitalismo internacional obrigam o país a repensar sua forma de governo, o relacionamento interprovincial, o uso e regulamentação da força de trabalho. Vai se produzindo todo um conjunto de modificações gradativas nas maneiras de pensar a política e de estabelecer normas e objetivos para ela, assim como nas bases de legitimação da autoridade e da obediência. A imprensa cotidiana abordará intensivamente todas essas questões, e o problema das eleições é sempre visto de modo apaixonado, principalmente se o órgão de imprensa traduz o discurso do partido derrotado.

Os novos significados políticos que a categoria povo vai tomando dentro de uma

concepção laica e liberal da política trazem confusão e desconforto, principalmente no seio dos jornais conservadores. Em 05 de julho de 1872, o jornal conservador *A Constituição* nos dá um exemplo das dificuldades em lidar com o conceito moderno de *povo*:

a política antiga dividia uma nação em três classes – clero, nobreza e povo; a política moderna só reconhece uma – o povo. Já se vê, pois, que a política de hoje elimina o clero e a nobreza (...). Se a política moderna não elimina o clero e a nobreza, mas confunde tudo na significação do povo, é claro que a palavra povo não exprime mais o que exprimia outrora; é uma palavra velha com significação nova.

Para os jornais de extração democrática, porém, a confusão é positiva, e eis que surge em Fortaleza o jornal *Zé Povinho*, órgão do “Clube da Rua”, com uma afirmação que indica as mudanças de mentalidade em vigor: “o *Zé Povinho* de hoje é um novo ser, que entende de abstrações e da ciência de governar Estados... Hoje é o *Zé Povinho* da Soberania Nacional” (28/11/1889 *apud* Montenegro, 1980:65).

Em 1890, *O Cearense* ressalta a importância do direito de reunião, e de uma imprensa política verdadeiramente livre, para o sucesso do sufrágio universal (11/04). Diz ainda que os jornais devem ser baratos “para penetrarem profundamente nas massas populares”, e numerosos, “para representarem os matizes diversos da opinião”. A veiculação dos primeiros programas políticos dos candidatos e a defesa, pela imprensa, da tese de que os candidatos devem se apresentar à opinião pública, explicando suas opiniões e posições, começa a sacudir as bases do poder oligárquico, controlado pela mão de ferro do patriarca, que nunca havia tido necessidade de dar razões a ninguém, am-

parado pela posse de grande propriedade, pelo tráfico de influência política, e pelo uso privado e ostensivo da polícia. “A apresentação prévia dos programas por aqueles que desejam os sufrágios populares” é novidade anunciada pelo jornal conservador *Pedro II* em 19 de março de 1881.

Para Silva Bezerra, a imprensa é, em toda parte onde há eleições, “o veículo por onde, em regra, os mais corrompidos disputam e conquistam a representação”; eleitos, eles “se impõem à Coroa como a própria opinião pública neles encarnada” (1864:70). Também a imprensa política é criticada pelo príncipe do progressismo cearense à época, Rocha Lima, que denuncia o ponto de vista “exclusivo e anticientífico” da imprensa política, a qual, segundo ele, verbera os atos do governo “não para corrigi-lo mas para dissolvê-lo” (1968: 321).

Desse modo, percebe-se que em todo esse processo de profundas mudanças no perfil de nossa brasilidade, a Imprensa teve destaque especial.

Oliveira Lima observa que

a imprensa foi o grande veículo das idéias no Brasil. Em parte alguma é sua influência mais característica e tem sido mais poderosa. Logo que se desencadeou fez a Independência, como depois a abdicação, a abolição e por fim a república, mais do que qualquer outro fator. Serviu de válvula à maçonaria e de porta-voz ao Exército. (...) A princípio pessoal e chocarreira, a imprensa foi-se depurando na agitação crescente das idéias e depressa passou a discutir princípios mais do que atacar reputações, numa forma geralmente cortês, se bem que nem toda primorosa ... (1986: 210-211).

Mas foi principalmente a favor da República que a imprensa brasileira se posicionou: diz Oliveira Lima que “de 1822 a

1889 a monarquia foi a ‘cabeça de turco’ dos publicistas” (ibidem:203). E continua:

O papel que coube à Imprensa em 1831 de salvar a Monarquia brasileira, coube-lhe de 1870 a 1889 para derrubá-la. (...) A substituição do gabinete liberal Zacharias pelo gabinete conservador Itaboraí em 1868 é por alguns publicistas considerado o início da última e grande campanha demolidora do Império e é fato que os liberais, com o senador Nabuco à frente, a exploraram o mais possível. Reforma ou Revolução – foi o seu lema, e a revolução não veio mais cedo porque a questão servil quase monopolizou a atenção pública até 1888 (ibidem: 36).

CAMPANHAS ABOLICIONISTA E REPUBLICANA

O abolicionista Joaquim Nabuco, sem dúvida uma das figuras mais lúcidas de então a respeito do problema da escravidão, evoca mais de uma vez o papel da imprensa no sucesso da campanha, em sua obra *O Abolicionismo*. Diz ele que o advento do abolicionismo “coincidiu com a eleição direta, e sobretudo com a aparição de uma força, a qual se está solidificando em torno da imprensa – cuja barateza e distribuição por todas as classes é um fator importante na história da democratização do país – força que é a opinião pública” (1938: 14).

Definindo a imprensa como “a grande arma de combate contra a escravidão e o instrumento da propagação das idéias novas”, Nabuco a elenca entre as “forças de progresso e transformação”, e afirma que “o pensamento dominante no jornalismo todo, do Norte ao Sul, é a emancipação” (ibidem: 189). Não deixa ainda de fazer notar a “liberdade absoluta da imprensa” na época, fato constatado por outros inúmeros estudiosos do período.

De maneira semelhante ao que acontecia quanto à campanha abolicionista, que havia atravessado todos os partidos e traçado uma fronteira nítida entre os órgãos da imprensa (ainda que ao final todos tenham se proclamado abolicionistas), a bandeira da República também cinde o campo da política e da opinião pública, principalmente em seus últimos anos e meses. Mas desde muito tempo essa tese já vinha sendo levantada pelos grupos na oposição, por vezes apenas como método para assustar o Imperador.

Em 1851, *O Cearense* de 06 de maio já faz um levantamento das três principais posições políticas, e já se fala no "partido republicano": os *saquaremas*, o partido da "ordem", "um conjunto forçado de muitos interesses egoísticos, de muitas pretensões indignas, de muitas ambições infames", não chega nem a ser analisado, é apenas insultado. O partido *liberal realista* é "sincero, honesto e animado por verdadeiro amor da pátria, mas vítima de um erro funestíssimo"; seu erro é querer o "impossível dos impossíveis": "achar a verdade do regime representativo sob a repugnante e negativa combinação das fórmulas monárquicas". "Entretanto, leitor, ainda aí tendes (...) um terceiro grupo – é o honrado e generoso partido republicano (...), que é "pela remissão do povo, pelo triunfo infalível da democracia, pela inauguração pacífica e gloriosa da república no Brasil".

A catilinária republicana prossegue. "A República perante Deus e a Escritura Sagrada" é o título de artigo em 16 de maio, que tem o seguinte destaque inicial: "Quando o Senhor Deus quis castigar os pecados e a ingratição dos homens, mandou-lhes um rei para os governar, porque um rei é o flagelo das nações".

A palavra *República* já não espanta nomeia um longo artigo de 27 de maio, em continuação ao tema republicano, onde o princípio

do direito divino é considerado derrotado: "a época dos privilégios, e das castas, a do sangue azul, e do sangue vermelho, e do *sangue real*, a dos nobres e a dos plebeus, a dos senhores e dos escravos, *já lá se foi para não mais voltar*: a humanidade não recua – avança".

Como exemplo das tendências protelatórias de nossas elites, a questão republicana será discutida por décadas até sua solução. Como a questão da Abolição, que se intensifica em 1850, com a lei de proibição do tráfico, mas só foi ser resolvida quase meio século depois. Nesses longos intervalos, mais ou menos intensamente, continuam presentes nos jornais, com cada lado da trincheira brandindo suas palavras-de-ordem.

Em 1887, por exemplo, o conservador *Pedro II*, de 04 de setembro, denuncia o comportamento de "certos órgãos da imprensa brasileira": "são jornais tidos e havidos como órgãos republicanos, que (...) procuram desacreditar, desmoralizar e solapar as nossas instituições". E por que os "publicistas republicanos (...) aconselham a mudança da situação?" O editorial responde: "porque o partido conservador não quer transigir com a desordem, com a anarquia que eles visam promover para levar água a seu moinho (...), fazer prosélitos e engrossarem as fileiras republicanas".

Proselitismo, é bem disso que se trata numa época em que a neutralidade ainda não era considerada uma virtude da imprensa. Para os jornais monarquistas, a República é "um monstro", "um *bicho de sete cabeças*", para o qual importa "nada menos que o sacrifício de nossa religião, de nossas pessoas, famílias e bens", segundo critica o liberal *O Cearense*. Já para este, a República implica na "igualdade de todos perante a lei, sem distinção entre ricos e pobres, nem entre nobres e populares" (05/03/1852). Temos aí uma boa ilustração da guerra ideológica na imprensa e sua utilização de símbolos populares.

Em 1889, duas semanas depois da proclamação da República, *O Cearense* se entrega à nova tarefa que estabeleceu para si. No editorial intitulado *Para o Povo*, desenvolve “considerações sobre a república em geral, com o fim de fazer conhecer ao povo o que é o regime republicano e quais os resultados que tem produzido em diversos países”. As considerações são feitas a partir do ‘Catecismo Republicano’, de C. Vieira e Teixeira Bastos. Sabidamente, o jornal já anuncia a mudança de lema para “órgão democrático”.

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. (1996), *I - A Construção da Ordem (A Elite Política Imperial)*.

II - Teatro de Sombras (A Política Imperial).

Rio de Janeiro, UFRJ/Relume Dumará.

MENEZES, Djacir (1968). “Prefácio” in: ROCHA LIMA, R.A. da: *Crítica e Literatura*, Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

MONTENEGRO, Abelardo F (1980). *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: UFC.

NABUCO, Joaquim (1938). *O Abolicionismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: C.E.N./Civ. Brasileira.

OLIVEIRA LIMA (1986). *O Império Brasileiro (1822-1889)*. Brasília: UNB.

OLIVEIRA PAIVA, Manoel (1961). *A Afilhada*. S.Paulo: Anhambi.

ROCHA LIMA, R.A. da (1968). *Crítica e Literatura*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

SILVA BEZERRA, Manoel Soares da (1864). *Os Dogmas Políticos do Cristão*. Fortaleza: Typographia Social.